

NPL Brasil S.A -
Gestão e Soluções
para Ativos
Financeiros

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente do exercício	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Assurance Services Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, conjuntos 101, 201, 301 e 401,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Sócios

NPL Brasil S.A – Gestão e Soluções para Ativos Financeiros

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da NPL Brasil S.A – Gestão e Soluções para Ativos Financeiros (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NPL Brasil S.A – Gestão e Soluções para Ativos Financeiros em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de setembro de 2022

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP-027683/0-6 'F' SP



Silbert Christo Sasdelli Júnior
Contador CRC 1SP230685/O-0

NPL Brasil S.A - Gestão e Soluções para Ativos Financeiros

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais)

Ativo		2021	2020	Passivo		2021	2020
Circulante	Nota	2.487.940	12.500.333	Circulante	Nota	4.019.169	11.871.442
Caixa e equivalentes de caixa	4	490.628	11.392.683	Empréstimos	11	2.703.879	688.428
Clientes	5	1.420.315	616.449	Financiamento	-	-	42.006
Adiantamentos		497.111	484.055	Contas a pagar	10	877.065	351.052
Outros ativos		79.886	7.145	Tributos e contribuições	9	438.056	262.363
				Créditos recuperados a repassar	12	-	1.529.506
				Adiantamentos de clientes	13	-	8.997.918
				Outros passivos		169	169
Não-Circulante		10.173.658	1.179.137	Não-Circulante		9.489.394	5.101.191
Clientes	5	1.597.174	-	Empréstimos	11	4.794.913	2.305.535
Imobilizado	6	438.131	456.015	Mútuo com sócios	15	4.694.481	2.795.656
Intangível	7	1.251.825	722.122				
Direitos Creditórios	8	6.840.152	-				
Outros ativos		46.376	1.000				
				Patrimônio Líquido		(846.965)	(3.293.163)
				Capital Social	14.a	10.344.326	3.504.174
				(-) Prejuízos acumulados		(11.191.291)	(6.797.337)
Total do ativo		12.661.598	13.679.470	Total do passivo e patrimônio líquido		12.661.598	13.679.470

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NPL Brasil S.A - Gestão e Soluções para Ativos Financeiros

Demonstrações de resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	16	5.418.679	3.080.506
Outras receitas/(despesas) operacionais		(8.876.112)	(5.925.185)
Despesas gerais e administrativas	18	(5.838.988)	(4.049.326)
Despesa de pessoal	19	(2.597.942)	(1.654.130)
Despesas de depreciação e amortização	6 e 7	(302.989)	(118.725)
Despesas tributárias	20	(136.194)	(103.004)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(3.457.433)	(2.844.680)
Receita financeira líquida	17	49.995	20.550
Despesa financeira líquida	17	(986.516)	(209.710)
Resultado antes dos impostos e despesas patrimoniais		(4.393.954)	(3.033.840)
Imposto de renda e Contribuição Social		-	(344.485)
Prejuízo do exercício		(4.393.954)	(3.378.326)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NPL Brasil S.A - Gestão e Soluções para Ativos Financeiros

Demonstrações do resultado abrangente do exercício

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais)

	2021	2020
Prejuízo do exercício	<u>(4.393.954)</u>	<u>(3.378.326)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(4.393.954)</u></u>	<u><u>(3.378.326)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NPL Brasil S.A - Gestão e Soluções para Ativos Financeiros

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais)

	Nota	Capital Social Integralizado	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	12	3.504.174	(3.419.011)	85.163
Prejuízo do exercício		-	(3.378.326)	(3.378.326)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	12	3.504.174	(6.797.337)	(3.293.163)
Prejuízo do exercício			(4.393.954)	(4.393.954)
Integralização de Capital		6.840.152		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	12	10.344.326	(11.191.291)	(846.965)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NPL Brasil S.A - Gestão e Soluções para Ativos Financeiros

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais)

	2021	2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo do Exercício	(4.393.954)	(3.378.326)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	302.989	118.725
Despesas financeiras	858.269	204.232
Despesas de imposto de renda e contribuição social	-	344.485
Outros	(27.728)	-
Prejuízo Ajustado	(3.260.426)	(2.710.883)
Variações nos ativos e passivos		
Clientes	(2.401.040)	(616.449)
Adiantamentos	(13.056)	(233.290)
Outros créditos	(72.741)	71.729
Contas a pagar	526.013	184.782
Tributos e contribuições	329.504	72.163
Adiantamentos de clientes	(8.997.918)	8.847.725
Créditos recuperados a repassar	(1.529.506)	1.529.506
Outros passivos	-	(73)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Juros pagos	(263.680)	(10.258)
Impostos de renda e contribuição social pagos	(153.324)	(190.673)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	(12.575.748)	9.655.163
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de imobilizado e intangível	(842.454)	(1.056.953)
Aquisição de outros investimentos	-	(1.000)
Caixa Líquido Proveniente das /(Utilizado) nas atividades de investimento	(842.454)	(1.057.953)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recursos provenientes de novos empréstimos e financiamentos	6.339.087	3.096.546
Recebimento de mútuo	1.500.000	1.605.221
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(2.062.514)	(110.765)
Caixa Líquido Proveniente das /(Utilizado) nas atividades de financiamento	5.776.573	4.591.002
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	10.902.055	10.477.328
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.392.683	915.354
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	490.628	11.392.683

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em Reais)

1 Contexto operacional

A NPL Brasil S.A - Gestão e Soluções para Ativos Financeiros (“Companhia ou NPL Brasil), anteriormente denominada NPL Brasil Gestão De Ativos Financeiros LTDA, é uma sociedade anônima de capital fechado com sede e foro na cidade de São Paulo/SP, com início de suas atividades em 01 de fevereiro de 2018.

A Companhia tem por objeto social: (i) a prestação de serviços de gestão, assessoria e consultoria financeira e estratégica, relacionada a ativos financeiros, créditos e carteiras de créditos próprias ou de terceiros, vencidos ou vincendos, sem garantias ou com garantias, lastreados em bens móveis, imóveis ou ativos financeiros em geral, próprios ou de terceiros; (ii) prestação de serviços relacionados à tecnologia da informação, processamento de dados e reengenharia; (iii) prestação de serviços correlatos aos supramencionados; e (iv) participação como sócia ou acionista no capital social de outras sociedades no Brasil ou no exterior.

No exercício de 2021 a Companhia necessitou de aportes de capital dos sócios através da cessão de direitos creditórios (Nota Explicativa 8). Estes recursos tiveram como objetivo trazer mais equilíbrio a situação patrimonial da Companhia que em 31 de dezembro 2021 apresentava capital circulante líquido negativo de R\$ (1.531.230) e patrimônio a descoberto no total de R\$ (846.965). Em 2022 até a data de 31 de maio de 2022, a companhia conseguiu reverter esta situação em função do aumento de sua atividade operacional, apresentando um capital circulante líquido positivo de R\$ 1.021.410 e um patrimônio líquido de R\$ 8.727.576 nesta data.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

A Companhia elaborou e está apresentando as suas demonstrações financeiras de acordo com a NBC TG 1000, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, através das Resoluções nº 1.255/09, nº 1.285/10 e nº 1.319/10. Estes pronunciamentos foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) através do CPC PME - Contabilidade para pequenas e médias empresas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração entende que não há incertezas que comprometam a continuidade das operações e dos negócios da Companhia.

As demonstrações financeiras foram autorizadas pelos Diretores para emissão em 29 de setembro de 2022.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas consistentemente para a Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

3.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Ao definir a moeda funcional, a Administração considerou qual moeda influencia significativamente o valor de seus serviços e a moeda na qual a maior parte dos custos são incorridos. Todos os saldos foram arredondados para a unidade mais próxima de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.2 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

a. *Julgamentos*

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na nota explicativa 3.9 Imobilizado.

b. *Incertezas sobre premissas e estimativas*

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração entende que não há incertezas que comprometam a continuidade das operações e dos negócios da Companhia.

c. *Mensuração do valor justo*

Para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo e nas divulgações correspondentes, a Companhia classifica em três níveis as informações (inputs) aplicadas nas técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo. A hierarquia de valor justo dá a mais alta prioridade a preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos e a mais baixa prioridade a dados não observáveis, como apresentado a seguir:

- **Informações de Nível 1:** são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- **Informações de Nível 2:** são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- **Informações (inputs) de Nível 3:** são dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Os ativos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão classificados no Nível 2.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com liquidez imediata, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

3.4 Instrumentos Financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financeiro significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado a valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado a Valor justo por meio do resultado (“VJR”), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) – instrumento de dívida, ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Caixa e equivalentes de caixa, clientes e outros créditos são classificados na categoria de custo amortizado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Contas a pagar são classificados na categoria passivos financeiros ao custo amortizado

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido ao valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial, quando e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia não possui instrumentos derivativos e não adota contabilização de hedge.

3.5 Receita Operacional

As receitas são reconhecidas pelo regime de competência e referem-se à prestação de serviços de gestão, assessoria e consultoria de investimentos.

A Companhia apresenta receita quando há a recuperação do crédito com percentual de *success fee* fixado em contrato, além de receitas de intermediação de aquisição de carteiras de créditos em direito de terceiros. A porcentagem (%) de *success fee* é definida em contrato, sendo reconhecida quando houver certeza sobre a realização da recuperação do crédito.

3.6 Contas a receber

O saldo de contas a receber é demonstrado pelos valores históricos e não foram ajustados a valor presente, em virtude de serem constituídos de créditos de curto prazo, sem juros embutidos. Atualmente, a gestão da Companhia entende que não seja necessária a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois não existem títulos em atraso e não há histórico de atraso desses recebíveis dos controladores da Companhia.

3.7 Passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento técnico PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas, Seção 21 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Provisões para riscos - são avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas.

Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

3.8 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia utilizou-se do lucro presumido para apuração dos impostos sobre o lucro. Dessa forma, a base para tributação é de 32% sobre a receita operacional bruta dos serviços prestados. A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre a base de cálculo citada e acrescida do adicional de 10% sobre a mesma base que superar R\$ 60.000 ao trimestre ou R\$ 20.000 por mês. A provisão para contribuição social sobre o lucro presumido é calculada considerando a alíquota de 9% sobre a base de cálculo citada.

As alíquotas de PIS e COFINS sob o regime cumulativo são de 0,65% e 3,00%, respectivamente, aplicadas sobre as receitas de taxa de gestão, oriundas da gestão dos fundos. A alíquota de ISS incide sobre as receitas de gestão de carteira de fundos nacionais. A alíquota é de 5% para o município de São Paulo, sede local da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia utilizou-se do lucro real para apuração dos impostos sobre o lucro. Dessa forma, a base para tributação de imposto de renda é de 15% sobre o lucro líquido de até R\$ 20.000 mensais. Caso seja superior, a provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre a base de cálculo citada e acrescida do adicional de 10% sobre a mesma base que superar R\$ 20.000 por mês. A provisão para contribuição social (CSLL) sobre o lucro presumido é calculada considerando a alíquota de 9% sobre a base de cálculo citada.

As alíquotas de PIS e COFINS sob o regime não cumulativo são de 1,65% e 7,60%, respectivamente, aplicadas sobre as receitas de taxa de gestão, oriundas da gestão dos fundos. A alíquota de ISS incide sobre as receitas de gestão de carteira de fundos nacionais. A alíquota é de 5% para o município de São Paulo, sede local da Companhia.

Os valores devidos a título de PIS, COFINS e ISS são contabilizados como despesas de impostos sobre faturamento, conforme evidenciado em Nota Explicativa nº 20.

3.9 Imobilizado

A Administração utilizou julgamento na determinação da taxa utilizada para depreciação do Imobilizado e determinou que a depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas estabelecidas na legislação, levando em consideração a vida útil e utilização dos bens) é o que melhor reflete a vida útil dos bens para a Companhia. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido e registrado no resultado como despesa quando incorrido.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e reconhecidos no resultado.

Registrados ao custo de aquisição, deduzidos de depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimada, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 6.

3.10 Redução ao valor recuperável (Impairment)

Os valores contábeis dos ativos da Companhia são revisados a cada data de balanço para determinar se há sinal de perda em relação ao valor de recuperação (*impairment*). Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo. Reconhece-se a perda no valor de recuperação (*impairment*), caso o valor contábil do ativo seja superior ao seu valor recuperável.

O julgamento da Administração é de que não houve evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor recuperável nesse exercício, portanto, não houve indício de *impairment*.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras. Já as despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras, além dos juros passivos incorridos sobre contratos comerciais e impostos.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia tinha o saldo de caixa e equivalentes de caixa assim composto:

	2021	2020
Aplicação financeira automática (i)	490.159	11.389.997
Caixa – fundo fixo	8	1.784
Banco	461	903
Total	490.628	11.392.683

- (i) A aplicação em CDB, emitida pelo Santander e Itaú, possui remuneração de até 99% do índice DI, cujo vencimento é até 360 dias e com liquidez imediata nas datas de 31 de dezembro de 2021 e 2020.

5 Clientes

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia tinha o saldo de Clientes assim composto:

	2021	2020
Clientes	634	616.449
Serviços Executados a Faturar	3.016.855	-
Total	3.017.489	616.449

A análise de vencimentos dessas contas está apresentada a seguir:

Por prazo de vencimento (a vencer)	
até 30 dias	4.072
de 31 a 60 dias	82.979
de 61 a 90 dias	126.626
de 91 a 120 dias	101.848
de 121 a 150 dias	165.378
de 151 a 180 dias	140.823
de 180 a 360 dias	798.589
Acima de 360	1.597.174
Total	3.017.489

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia detinha um saldo vencido no valor de R\$ 634 que foi integralmente liquidado na data de 06 de janeiro de 2022 e a vencer no valor de R\$ 3.016.855 com liquidação prevista de R\$ 1.420.315 durante o exercício de 2022 e R\$ 1.597.174 nos exercícios seguintes até o ano de 2026.

A Administração avalia esses créditos regularmente com base no histórico de pagamentos realizados pelos seus clientes. Diante dos fatos destacados, a Administração entende que não houve necessidade de constituição de perda ao valor recuperável.

6 Imobilizado

A movimentação do imobilizado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estava assim composta:

	%	Custo			Depreciação/Amortização Acumulada (**)			Líquido	
		2020	Adições	2021	2020	Adições	2021	2020	2021
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4	223.956	12.249	236.205	4.676	9.345	14.022	219.280	222.183
Moveis e Utensílios	10	143.895	16.707	160.602	7.882	15.540	23.422	136.013	137.180
Computador e Periféricos	20	117.181	-	117.181	16.459	23.436	39.895	100.722	77.286
Outras Imobilizações em Curso		-	1.482	1.482	-	81	-	-	1.482
Total		485.032	30.438	515.470	29.017	48.403	77.339	456.015	438.131

	%	Custo			Depreciação/Amortização Acumulada			Líquido	
		2019	Adições	2020	2019	Adições	2020	2019	2020
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4	-	223.956	223.956	-	4.676	4.676	-	219.280
Moveis e Utensílios	10	-	143.895	143.895	-	7.882	7.882	-	136.013
Computador e Periféricos	20	23.785	93.396	117.181	-	16.459	16.459	-	100.722
Total		-	461.247	485.032	-	29.017	29.017	23.785	456.015

(*) Refere-se a taxa anual de depreciação/amortização expressadas ao ano.

(**) Os valores de depreciação/amortização do exercício de 2021 demonstrados no quadro acima não conciliam com os valores apresentados no quadro “Resultado de exercício” por conta de créditos de PIS e Cofins nas contas de resultado, em consonância com a INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1911/Art. 173.

7 Intangível

A movimentação do intangível para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estava assim composta:

	%	Custo			Depreciação/Amortização Acumulada (**)			Líquido	
		2020	Adições	2021	2020	Adições	2021	2020	2021
Software	20	851.310	812.016	1.663.326	129.188	282.314	411.502	722.122	1.251.825
Total		851.310	812.016	1.663.326	129.188	282.314	411.502	722.122	1.251.825

	%	Custo			Depreciação/Amortização Acumulada			Líquido	
		2019	Adições	2020	2019	Adições	2020	2019	2020
Software	20	255.604	595.706	851.310	39.479	89.708	129.187	216.124	722.122
Total		255.604	595.706	851.310	39.479	89.708	129.187	216.124	722.122

(*) Refere-se a taxa anual de depreciação/amortização expressada ao ano.

(**) Os valores de depreciação/amortização do exercício de 2021 demonstrados no quadro acima não conciliam com os valores apresentados no quadro “Resultado de exercício” por conta de créditos de PIS e Cofins nas contas de resultado, em consonância com a INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB N° 1911/Art. 173.

8 Direitos Creditórios

Referem-se a direitos creditórios cedidos para NPL Brasil pelo seus sócio e acionistas, utilizados como aumento de capital. Trata-se de honorários advocatícios sucumbenciais fixados em favor dos sócios-acionistas na Ação de Execução de Título Extrajudicial nº 1004450-67.2017.8.26.0100, transitado em julgado.

O valor do crédito contábil é de R\$ 6.840.152, de acordo com o laudo de avaliação emitido por terceiros, apurado conforme relatórios preparado por advogados.

9 Tributos e contribuições

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de tributos e contribuições está composto por:

	2021	2020
COFINS	225.078	-
INSS - Contribuições Previdenciárias	91.783	25.528
PIS / PASEP	48.845	-
Provisão INSS s/Férias	27.425	-
IRRF - de Funcionários a Recolher	12.616	13.217
FGTS a Recolher	9.629	7.593
ISS - Imposto Sobre Serviços	8.976	57.760
Provisão FGTS s/Férias	8.186	-
PIS/COFINS/CSLL Retido de Terceiros a Recolher	3.638	3.413
IRRF - de Terceiros a Recolher	1.187	1.101
Outros	692	209
IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	116.824
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-	36.987
Total	<u>438.056</u>	<u>262.363</u>

10 Contas a pagar

. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de contas a pagar está composto por:

Curto Prazo	2021	2020
Ramos e Zuanon Advogados (*)	607.666	279.087
Outras contas a pagar	269.399	71.964
Total	<u>877.065</u>	<u>351.052</u>

(*) O saldo de Ramos e Zuanon Advogados substancialmente está relacionado a compartilhamento de despesas entre a Companhia e a respectiva empresa conforme acordo firmado entre as empresas em 01 de fevereiro de 2018.

11 Empréstimos / Financiamentos

Durante os exercícios de 2021 e 2020 foram contratados os empréstimos e financiamentos conforme abaixo;

Empréstimos e Financiamentos

	Taxa de Juros	Assinatura	Vencimento	Valor contratado
Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A (**)	9,35% ao período do empréstimo	28/02/2020	28/03/2021	67.834
Banco XP S/A (*)	2,46% a.a + 100% taxa DI	04/09/2020	23/08/2023	2.000.000
Banco Itaú (**)	6,17% a.a	14/08/2020	16/05/2022	1.003.150
Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A (**)	15,97% ao período do empréstimo	23/11/2020	23/12/2021	25.561
Banco Itaú	15,22% a.a	13/08/2021	08/11/2023	4.072.808
Banco Itaú (**)	7,06% a.a	01/04/2021	30/08/2021	1.315.967
Banco Itaú	22,51% a.a.	18/11/2021	09/11/2023	950.312
Total				9.435.632

(*) O empréstimo com o Banco XP S/A, conforme cláusula contratual será liquidado em única parcela no vencimento de 23/08/2023.

(**) Durante o exercício de 2021 os contratos da Aymoré e Banco Itaú foram liquidados na sua totalidade.

Durante os exercícios de 2021 e 2020 as movimentações nas contas de empréstimos e financiamento são as que seguem:

	Banco XP S/A (*)	Banco Itaú	Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A	Total
Saldo em 31/12/2019	-	-	-	-
Aquisição de empréstimo	2.000.000	1.003.150	93.395	3.096.545
Apropriação de juros	26.882	23.284	10.280	60.446
Pagamento de principal	-	(54.237)	(56.528)	(110.765)
Pagamento de juros	-	(5.117)	(5.141)	(10.258)
Saldo em 31/12/2020	2.026.882	967.081	42.006	3.035.969
Aquisição de empréstimo	-	6.339.087	-	6.339.087
Apropriação de juros	137.583	311.952	395	449.930
Pagamento de principal	-	(2.020.508)	(42.006)	(2.062.514)
Pagamento de juros	-	(263.285)	(395)	(263.680)
Saldo em 31/12/2021	2.164.465	5.334.327	-	7.498.792

(*) Para o empréstimo do Banco XP S/A, foi acordado pagamento em única parcela em 25 de agosto de 2023. Por esse motivo não existe pagamento de principal e nem juros.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os contratos de empréstimos e financiamentos encontram-se assim segregados:

Curto Prazo	2021	2020
Banco Itaú	2.703.879	688.428
Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A	<u>-</u>	<u>42.006</u>
Total	<u>2.703.879</u>	<u>730.434</u>
Longo Prazo	2021	2020
Banco XP S/A	2.164.465	2.026.882
Banco Itaú	<u>2.630.448</u>	<u>278.653</u>
Total	<u>4.794.913</u>	<u>2.305.535</u>

12 Créditos Recuperados a repassar

O saldo da conta de créditos recuperados está representado da seguinte forma:

	2021	2020
Adiantamento de Clientes	<u>-</u>	<u>1.529.506</u>
Total	<u>-</u>	<u>1.529.506</u>

A NPL Brasil negociou, antes do final do processo licitatório junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (“BRDE”), com um dos devedores (Vay Vay Lavanderia Industrial Ltda., CNPJ 15.271.371/0001-85). Desta forma, em 09 de dezembro de 2020 a NPL Brasil celebrou um contrato com cláusula suspensiva para receber o montante de R\$ 1.529.506 referente ao crédito vencido confessado no montante de R\$ 3.741.730.

Dos créditos vencidos confessados, R\$ 763.267 possui data base de maio de 2015 e, R\$ 2.978.462 possui data base de abril de 2017. A cláusula suspensiva define que caso a NPL Brasil não firmasse o contrato de cessão dos créditos com o BRDE, o valor total do acordo referente aos créditos vencidos deveria ser retornado pela NPL Brasil para Vay Vay Lavanderia Industrial Ltda.

Em 08 de janeiro de 2021 a NPL Brasil firmou contrato de cessão dos créditos dos blocos PLR1 e PLR2 ofertados pelo BRDE, no processo licitatório e de fato passou a ser a detentora dos mesmos. Dessa maneira, procedeu com a devida baixa da dívida confessada pela Vay Vay Lavanderia Industrial Ltda. A transação dos lotes PLR1 e PLR2 estão descritos na nota 13.

Durante o exercício de 2021 foram liquidadas as operações mencionadas acima e não há saldo remanescente nesta data.

13 Adiantamentos de clientes

Os passivos de contratos referem-se ao adiantamento da contraprestação recebida de clientes e valores recebidos referente a recuperação de crédito, onde os valores foram utilizados para a intermediação de aquisição de carteira de crédito em nome de terceiros e fixado o valor de R\$ 500.000 de *success fee* na transação. O saldo da conta de adiantamento de clientes está representado da seguinte forma:

	2021	2020
Adiantamento de Clientes	-	8.997.918
Total	-	8.997.918

O saldo em 31 de dezembro de 2020 está relacionado a parte de uma operação de compra de lotes créditos ofertados pelo BRDE.

O BRDE lançou em 2018 e 2019, através de processo público, dois editais para venda de carteiras de crédito. Entretanto, estes leilões restaram frustrados. Em 14 de outubro de 2020 o Banco convidou investidores habilitados para participarem de um processo de venda direta dos lotes. Como foi convidada, a NPL Brasil, após acessar o *data room* para avaliar as carteiras oferecidas, encaminhou em 23 de novembro de 2020 proposta para aquisição de dois lotes específicos (PLR1 e PLR2).

Em 27 de novembro de 2020 o BRDE informou que houve mais de uma proposta para o bloco PLR1 e desta forma haveria necessidade de realizar um novo leilão. O novo leilão do bloco PLR1 foi realizada em 04 de dezembro de 2020 e, nesta sessão, a NPL Brasil adquiriu o bloco PLR1 pelo valor de R\$ 7.050.000,00.

Para o bloco PLR2, não houve outros interessados e a proposta da NPL Brasil foi aceita no leilão realizado e o respectivo bloco foi de R\$ 2.428.640,30.

Durante o exercício de 2021 foram liquidadas as operações mencionadas acima e não há saldo remanescente nesta data.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 3.504.174, onde as quotas de Classe A possuem valor nominal de R\$ 1 e as quotas de Classe B possuem valor nominal de R\$ 360,64 totalmente subscrito e integralizado, e assim distribuído entre os sócios:

Sócios-quotistas	Quotas Classe A	Quotas Classe B	Valor total	Participação %
Fábio Pascual Zuanon	133.845	-	R\$ 133.845	26%
Christian de Lima Ramos	133.845	-	R\$ 133.845	26%
Bruno Alexandre de Oliveira Gutierres	56.400	-	R\$ 56.400	11%
Eduardo Augusto Salgado Felipe	56.400	-	R\$ 56.400	11%
Mauricio Jun Higashino	42.781	-	R\$ 42.781	8%
Victor Alonso de Oliveira	17.160	-	R\$ 17.160	3%
Robert Neil Resnick	17.160	-	R\$ 17.160	3%
Ivo Waisberg	14.170	2.778	R\$1.015.527	3%
Joel Luís Thomaz Bastos	14.170	2.778	R\$1.015.527	3%
Bruno Kurzweil de Oliveira	14.170	2.778	R\$1.015.527	3%
Total	500.100	8.334	R\$3.504.174	100%

Em 8 de fevereiro de 2021, a Companhia se tornou uma sociedade por ações de capital fechado (S.A). De acordo com a Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2021, os acionistas aprovaram a extinção das Classes A e B e o capital social passa a ser representado por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social é de R\$ 10.344.326, totalmente subscrito e integralizado, e assim distribuído entre os sócios:

Sócios acionistas	Quantidade Ações	Valor total	Participação %
Fábio Pascual Zuanon	133.846	R\$ 1.501.875	26%
Christian de Lima Ramos	133.846	R\$ 1.501.875	26%
Bruno Alexandre de Oliveira Gutierres	56.401	R\$ 1.424.430	11%
Eduardo Augusto Salgado Felipe	56.401	R\$ 1.424.430	11%
Mauricio Jun Higashino	42.782	R\$ 1.410.811	8%
Victor Alonso de Oliveira	17.160	R\$ 17.160	3%
Robert Neil Resnick	17.160	R\$ 17.160	3%
Ivo Waisberg	16.948	R\$ 1.015.528	3%
Joel Luís Thomaz Bastos	16.948	R\$ 1.015.528	3%
Bruno Kurzweil de Oliveira	16.947	1.015.528	3%
Total	508.439	R\$ 10.344.326	100%

Conforme nota explicativa 8, no exercício de 2021, a Companhia aumentou o capital social em R\$ 6.840.152 com cessão de direitos creditórios, totalizando R\$ 10.344.326. Foram emitidas 5 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Classe A com preço de emissão fixado em R\$ 1.368.030 sendo subscritas pelos seguintes sócios: Fábio Pascual Zuanon,

Christian de Lima Ramos, Bruno Alexandre de Oliveira Gutierrez, Eduardo Augusto Salgado Felipe e Mauricio Jun Higashino.

Nos exercícios de 2021 e 2020 a Companhia operou com prejuízo e por esse motivo não houve distribuição de lucros ou reservas constituídas.

15 Mútuo com sócios

Nos exercícios de 2019 e 2020, a Companhia recebeu mútuos dos sócios com objetivo de gerar capital de giro para a continuidade das atividades no valor de R\$ 426.500 e R\$ 1.605.221, respectivamente. Os contratos serão corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor divulgado pelo IBGE - INPC, *pro rata temporis*. Os contratos de mútuo serão liquidados até a data de 31 de dezembro de 2022.

Durante o exercício de 2021, a Companhia recebeu mútuos dos sócios com objetivo de gerar capital de giro para a continuidade das atividades no valor de R\$ 1.500.000. Os contratos serão corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor divulgado pelo IBGE - INPC, *pro rata temporis e possuem vencimento de 185 dias contados a partir da data de assinatura do contrato*.

O saldo de mútuos com sócios a pagar em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$ 4.694.481, firmados em contrato e assim distribuídos entre os sócios após os juros apurados:

Sócio	2021	2020
Christian de Lima Ramos	1.707.492	817.212
Fabio Pascual Zuanon	1.709.346	818.896
Bruno Alexandre de Oliveira	379.162	344.105
Eduardo Augusto Salgado Felipe	379.451	344.367
Mauricio Jun Higashino	288.601	261.931
Victor Alonso de Oliveira	115.421	104.760
Robert Neil Resnick	115.007	104.385
Total	<u>4.694.481</u>	<u>2.795.657</u>

As movimentações de mútuos com sócios estão demonstradas abaixo:

Saldo em 31/12/2019	1.046.794
Mútuos recebidos	1.605.221
Juros de mútuos	143.642
Mútuos pagos	-
Saldo em 31/12/2020	2.795.657
Mútuos recebidos	1.500.000
Juros de mútuos	398.825
Mútuos pagos	-
Saldo em 31/12/2021	4.694.482

Em Abril de 2022 foram liquidados os mútuos firmados nos exercícios de 2018, 2019 e 2021, no valor total de R\$ 2.974.595. Os contratos de mútuos firmados em 2020 não liquidados serão capitalizados até o final do exercício de 2022.

16 Receitas operacionais

A receita líquida é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida dos impostos sobre vendas:

	2021	2020
Receita bruta de serviços	3.126.394	3.372.201
Receitas a faturar (i)	3.016.855	-
(-) Deduções da receita bruta		
COFINS (3%)	(466.887)	(101.166)
ISS (5%)	(156.319)	(168.610)
PIS (0,65%)	(101.364)	(21.919)
Receita operacional líquida	5.418.679	3.080.506

- (i) O montante de R\$ 3.016.855 de Receitas a faturar está diretamente relacionado a acordos firmados durante o exercício de 2021, os quais resultaram a NPL Brasil a taxa de *success fee* sobre o valor recuperado. Conforme nota explicativa 5, as parcelas possuem vencimentos até 2026.

17 Resultado financeiro

O saldo de resultado financeiro da Companhia está representado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 da seguinte forma:

	2021	2020
Rendas de aplicações financeiras	49.995	20.550
Total receitas financeiras	49.955	20.550
Despesa de juros sobre empréstimos e mútuos	(858.268)	(193.807)
Despesa de multas e encargos sobre empréstimos	(10.336)	-
Despesa financeira com financiamentos	-	(10.425)
Despesas financeiras de encargos sobre tributos	(5.936)	(2.297)
Despesas impostos sobre operações financeiras – IOF	(111.976)	(3.181)
Total despesas financeiras	(986.516)	(209.710)
Resultado financeiro líquido	(936.521)	(189.160)

18 Despesas gerais e administrativas

O saldo de despesas administrativas da Companhia está representado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 da seguinte forma:

	2021	2020
Despesas com Localização e Funcionamento	2.592.513	1.111.750
Despesas com Serviços de Terceiros (*)	3.124.973	2.889.443
Despesas Administrativas Diversas	73.589	8.961
Despesas com Vendas	47.913	23.718
Impostos, Taxas e Seguros	-	12.837
Outras Despesas	-	2.617
Total	5.838.988	3.948.469

- (*) Os gastos majoritariamente estão relacionados ao pagamento de prestadores de serviço necessários para auxiliar na origemação ou estruturação das operações a serem recuperadas pela Companhia e/ou dos ativos financeiros estruturados pela Companhia.

19 Despesas de pessoal

O saldo de despesas com pessoal da Companhia está representado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 da seguinte forma:

	2021	2020
Despesas com Salários e Ordenados	992.899	713.075
Despesas com Encargos Sociais	484.174	327.460
Despesas com Vale Refeição	281.258	217.429
Despesas com Plano de Saúde	166.378	198.695
Despesas de 13º Salário	106.990	63.441
Despesas com Transporte	78.437	50.774
Despesas com Bolsa Auxílio	-	23.828
Despesas com Rescisões	133.935	23.758
Despesas de Férias	272.712	20.630
Outras Despesas com Pessoal	77.373	10.504
Despesas com Seguro de Vida	2.735	2.604
Despesas com Formação Profissional	1.050	1.932
Total	<u>2.597.942</u>	<u>1.654.130</u>

20 Despesas Tributárias

O saldo de despesas tributárias da Companhia está representado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 da seguinte forma:

	2021	2020
IPTU	79.987	79.987
Outros impostos	50.676	22.848
TFE	3.449	170
PIS e COFINS s/Receitas Financeiras	2.082	-
Total	<u>136.194</u>	<u>103.004</u>

21 Impostos de Renda e Contribuição Social

Apurações do Imposto de Renda e da Contribuição Social correntes pelo Lucro Presumido em 2020:

	2020
Receita operacional	3.372.201
Receita Financeira	20.549
Base para o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social (Presunção de 32% da receita operacional mais receita financeira)	3.372.201
Imposto de Renda	162.567
Adicional de Imposto de Renda (10%)	84.378
Despesa com Imposto de Renda	246.945
Contribuição Social	97.540
Despesa com Contribuição Social	97.540
Total Imposto de renda e Contribuição Social	344.485

Apurações do Imposto de Renda e da Contribuição Social correntes pelo Lucro Real em 2021:

Durante o exercício de 2021 a empresa apurou seus impostos sob o regime de lucro real e após as adições e exclusões foi apurado base de cálculo negativa e por esse motivo não houve apuração de impostos de renda e contribuição social

22 Partes relacionadas

Partes relacionadas são os acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares.

As transações da Companhia com partes relacionadas resumem-se a distribuição de lucros e mútuos com sócios.

Essas transações ocorrem em termos semelhantes, inclusive taxas de juros e limites, aos vigentes à época para transações comparáveis com pessoas não relacionadas e não envolvem mais do que o risco normal de recebimento.

As operações entre partes relacionadas são realizadas dentro das condições normais de mercado.

a. Distribuição de lucros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia apurou prejuízos e por esse motivo não houve distribuição de lucros.

b. Mútuos com sócios

Conforme nota explicativa 15, durante os exercícios de 2021 e 2020, houve transações de mútuos com sócios totalizando em 31 de dezembro de 2021 o montante a pagar de R\$ 4.694.482 (R\$ 2.795.657 em 2020).

23 Contingências

A Companhia não faz parte de qualquer processo do qual é necessária a menção nas demonstrações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

24 Instrumentos financeiros derivativos

Nos exercícios findos em 2021 e 2020, a Companhia não operou com derivativos.

25 Cobertura de Seguros

A Companhia não possui seguros vigentes face os riscos de incêndio, roubos, responsabilidade civil, ou outros. A Companhia entende que os imobilizados são equipamentos de pequenos valores e as benfeitorias são alugadas de terceiros.

26 Benefícios pós emprego

Em 31 de dezembro de 2021 a 2020 a Companhia não possui planos de benefícios pós emprego vigentes.

27 Eventos subsequentes

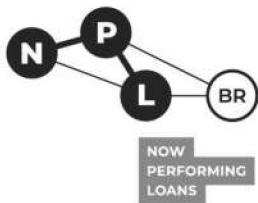
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão. Em abril de 2022, foi pago o valor de R\$ 2.974.595 referente ao saldo de mútuos com sócios.

Não houve quaisquer outros eventos subsequentes que requerem ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras, além daqueles já incluídos nestas demonstrações financeiras.

* * *

Christian de Lima Ramos
Sócio

Marcelo Silva Damasceno
Contador CRC 298985/O-5



São Paulo, 28 de Setembro 2022

À

KPMG Assurance Services Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, 1º - 4º andar,
Chácara Santo Antônio - São Paulo – SP

Ref.: **Demonstrações Financeiras NPL Brasil S.A - Gestão e Soluções para Ativos Financeiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.**

Prezados Senhores:

Conforme solicitado pela NPL Brasil S.A - Gestão e Soluções para Ativos Financeiros (“Companhia”) confirmamos que fomos contratados para o processamento terceirizado da contabilidade e da execução das rotinas de apuração e manutenção das obrigações fiscais principais e acessórias da Sociedade, bem como para elaborar as suas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base em informações fornecidas pela Administração da Companhia.

Essas demonstrações financeiras apresentam os seguintes valores básicos:

(em reais)	2021	2020
Total do Ativo	12.661.598	13.679.470
Total do Passivo	13.508.563	16.972.633
Patrimônio líquido	(846.965)	(3.293.163)
Resultado abrangente do exercício	(4.393.954)	(3.378.326)

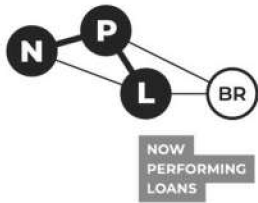
Essas contas estão de acordo com os livros da Companhia transcritas na Escrituração Contábil Digital (ECD) e com as demonstrações financeiras nas respectivas datas-base.

Não participamos da administração da NPL Brasil S.A - Gestão e Soluções para Ativos Financeiros (“Companhia”), portanto, não exercemos qualquer cargo de diretoria ou gerência.

Os nossos serviços contábeis e fiscais são realizados por nossos profissionais, dentro das instalações da Damasceno Montenegro Assessoria Contábil.

Todas as transações e operações informadas a Damasceno Montenegro Assessoria Contábil pela administração da Companhia foram registradas na contabilidade e estão refletidas nas demonstrações financeiras que compreendem os Balanços Patrimoniais e respectivas Demonstrações do resultado, do resultado abrangente,





das mutações do patrimônio líquido e dos Fluxos de Caixa relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas. Pelo nosso conhecimento todos os livros contábeis e os registros contábeis auxiliares gerados pelos sistemas internos da Companhia e outros documentos contábeis comprobatórios solicitados foram colocados à disposição dos auditores, não tendo sido por nós registrados outros livros, registros e documentos que não os apresentados aos auditores.

De acordo com Resolução CFC nº 987/03, que dispõe sobre a obrigatoriedade do contrato de prestação de serviços contábeis e dá outras providências, alterada pela Resolução CFC nº 1.457 de 11 de dezembro de 2013, obtivemos carta de representação da Administração da Companhia na qual a Companhia declara que não possui conhecimento:

- a) de qualquer fraude ou suspeita de fraude que afetem as demonstrações financeiras da Sociedade;
- b) quaisquer alegações de impropriedades financeiras, incluindo fraude ou suspeita de fraude, que chegaram ao seu conhecimento (independente da fonte ou forma e incluindo denúncias) e que poderiam acarretar em erros nas demonstrações financeiras.

**DAMASCENO
MONTENEGRO
ASSESSORIA CONTABIL
EIRELI:27953881000111**

Assinado digitalmente por DAMASCENO MONTENEGRO ASSESSORIA
CONTABIL EIRELI:27953881000111
DN: C=BR, S=SP, L=Sao Paulo, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, OU=RFEB e-CNPJ A1, OU=SAC SERASA RFB,
OU=14602269000152, OU=PRESENCIAL, CN=DAMASCENO
MONTENEGRO ASSESSORIA CONTABIL EIRELI:27953881000111
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2022-09-29 10:05:50
Foxit Reader Versão: 9.5.0

Damasceno Montenegro Assessoria Contábil

CRC/2SP037087/O-6

**MARCELO SILVA
DAMASCENO:
27483104899**

Assinado digitalmente por MARCELO SILVA DAMASCENO:27483104899
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=000001010409907, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, OU=RFEB e-CNPJ A1, OU=SAC SERASA RFB,
OU=14602269000152, OU=PRESENCIAL, CN=MARCELO SILVA DAMASCENO:
27483104899
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2022-09-29 10:07:30
Foxit Reader Versão: 9.5.0

Marcelo Silva Damasceno

CRC/1SP298985/O-5

